

PRÁTICAS PATRIMONIAIS

TERRITÓRIOS & REFERÊNCIAS CULTURAIS



MATADOURO

COMUNIDADE DE UNIÃO E MUTIRÃO
Município de Rio Doce - MG

PRÁTICAS PATRIMONIAIS

**TERRITÓRIOS &
REFERÊNCIAS CULTURAIS**

MATADOURO

COMUNIDADES DE UNIÃO E MUTIRÃO
Município de Rio Doce - MG

R I O D O C E 2 0 2 4

FICHA TÉCNICA

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do projeto “Construção da paz e do diálogo para o desenvolvimento sustentável das regiões atingidas pela barragem de Fundão: fortalecendo a capacidade institucional e de implementação de ações da Fundação Renova”, o qual tem o objetivo de implementar e sistematizar ações estratégicas em projetos de reparação e compensação voltados para as comunidades atingidas pelo desastre ocorrido com o rompimento da barragem de Fundão (MG), com vistas ao desenvolvimento sustentável. As indicações de nomes e a apresentação desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Pesquisa Histórica: Maria Alice Braga

Produção Textual: Maria Alice Braga | Marilêne A. Marinho

Coordenação Editorial | Revisão de Conteúdo: Marilêne A. Marinho

Colaboração e Revisão: Fundação Renova e Unesco

Projeto Gráfico: Luiz Augusto da Costa

Revisão de textos: Pedro Vianna

Edição: Quantum Projetos

Fotografias: Maria Alice Braga | Acervo Fundação Renova

Colaboração: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Rio Doce

1ª edição 2024

Esta publicação não pode ser comercializada.

Catálogo na Publicação (CIP)

P912 Práticas patrimoniais : territórios & referências culturais :
Matadouro : Comunidades de União e Mutirão, Município de Rio
Doce, MG / Maria Alice Braga, Marilêne A. Marinho (produção
textual). - 1. ed. - Belo Horizonte : [Quantum Projetos], 2024.
40 p. : il. foto. color. ; 21x21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-93889-14-1

1. Matadouro (Rio Doce, MG) - História 2. União (Rio Doce, MG) -
História 3. Do Mutirão (Rio Doce, MG) - História 4. Rio Doce, (MG) -
História 5. Cidades e Vilas (Minas Gerais) - História 6. Patrimônio
cultural - Proteção I. Braga, Maria Alice, 1961- II. Marinho, Marilêne
A, 1976-.

CDD: 918.51

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

Introdução



As cartilhas **“Práticas Patrimoniais: Territórios & Referências Culturais”** fazem parte das iniciativas de Educação Patrimonial desenvolvidas pela Fundação Renova, em cooperação com a Unesco, no contexto do Plano de Reparação das Referências Culturais das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Os textos e as imagens que compõem estas publicações difundem conhecimento sobre aspectos característicos da história e da cultura das comunidades que se desenvolveram nas planícies e baixadas ao longo dos rios Gualaxo, Carmo e Doce e que foram atingidas de diferentes maneiras.

Contemplando cada uma das localidades de abrangência do Plano de Reparação, em volumes específicos, as cartilhas destacam as principais referências culturais desses territórios, reveladas por meio de testemunhos de seus moradores, como as festas e as celebrações tradicionais, a arquitetura, as paisagens e os lugares de afeto, o artesanato e a culinária, dentre outros saberes e fazeres ancestrais.

Além de ser uma fonte de conhecimento e de valorização da cultura local, esta publicação configura-se como uma importante ferramenta didática a ser utilizada na prática da Educação Patrimonial destinada a um público diverso, seja no universo escolar, seja nos diferentes espaços de convivência dessas comunidades.

Esperamos que esta iniciativa favoreça a ampliação da consciência sobre a riqueza e a importância da história e da identidade de cada um desses territórios. E que igualmente fortaleça, em cada comunidade, o sentido de pertencimento, o apreço pelas tradições e legados culturais, estimulando o exercício pleno da cidadania.

Apresentação



Matadouro é um lugarejo simples e acolhedor, onde a mineiridade se funde com a sinfonia dos pássaros e do vento que balança as árvores e varre as folhas do chão. Ali o tempo parece correr de forma diferente, sem pressa.

O acesso à comunidade, distante 9 quilômetros da sede do município, Rio Doce, se dá por estrada de terra. No caminho, pequenas propriedades rurais com áreas de pastos, currais e vacas leiteiras compõem a paisagem.

Nas proximidades do lugarejo, a vista da torre da igreja de Nossa Senhora do Carmo, ainda em fase de construção, prenuncia a chegada. A comunidade está localizada em meio a um conjunto de pequenas serras, recobertas de matas preservadas. Muitas árvores frutíferas, como laranjeiras e bananeiras, circundam as propriedades. Em Matadouro, a natureza oferece tranquilidade, aconchego e muita beleza. Uma pracinha, circundada por um pequeno agrupamento de casas distribuídas próximas umas das outras, todas com quintais e espaço para hortas, conformam o local. A Rua do Carmo atravessa a comunidade e desemboca na capela de Nossa Senhora do Carmo, erguida pela comunidade em regime de mutirão. Ainda inacabada, a capela instalada no ponto mais alto daquele núcleo urbano, solta na amplidão, se faz imponente na paisagem.

Na pracinha, há sempre alguém para uma prosa demorada. Histórias da família Carmo, das nove-nas para o Menino Jesus e São Sebastião, do Encontro de Cavaleiros, das conquistas do time de futebol local e das muitas tradições de Matadouro... Muitos *causos!*

Nossa Senhora do Carmo é a padroeira. Com persistência e devoção, a comunidade se mantém unida em seu ideal de concluir a construção da capela, um sonho de longa data. Fé, união e perseverança são os alicerces desta comunidade que recebe a todos com alegria e gentilezas, perpetuando as raízes culturais de Matadouro.

Índice

Entendendo o que é	
– “Referências Culturais” e “Educação Patrimonial”	8
Um pouco de história... ..	10
Arquitetura, Paisagens e Lugares	11
Festas e Celebrações	16
Formas de Expressão	
O Encontro de Cavaleiros de Matadouro	
Mata-Douro Futebol Clube	19
Saberes & Fazeres	23
Glossário	31
Referências Bibliográficas	36

Entendendo o que é:

– “Referências Culturais” e “Educação Patrimonial”



Para conhecer um povo e, sobretudo, para que esse povo se reconheça em toda a sua complexidade e riquezas, é necessário buscar horizontes. O primeiro é através da História. Como surgiu, quais personagens desbravaram suas terras e as ergueram, que ações e feitos atravessaram séculos ressignificando valores.

O segundo é a cultura. Ela possibilita entender os valores que foram sendo construídos com o passar do tempo e que, fruto da ação humana, constituem a essência dos lugares, das comunidades, de cada pessoa, traduzida na identidade e no pertencimento.

Nesse contexto, convidamos o leitor a explorar os sentidos e significados que surgem da interseção entre História e Cultura, pois é nesse entrelaçamento que se desvendam as camadas mais profundas da identidade de uma sociedade e se revela a riqueza de suas tradições e valores.

Referência cultural: é um termo que engloba diversos aspectos da vida social que ganham destaque em razão dos sentidos e valores de importância diferenciada atribuídos pela comunidade. Esses aspectos incluem festas, celebrações, saberes e modos de fazer, formas de expressão, paisagens, lugares e edificações. Entre as muitas categorias que compõem o conjunto das Referências Culturais, destacam-se o artesanato, a culinária típica, as práticas agrícolas e pesqueiras tradicionais, o ofício da benzeção, as festas dos santos padroeiros, as celebrações populares, o congado, as folias de reis, a capoeira, as bandas de música e outras manifestações culturais que são cruciais para a identidade das comunidades que as produzem e vivenciam.

Educação patrimonial: trata-se de um “conjunto de ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo de discussão sobre o patrimônio cultural local, de modo a garantir que a reflexão dos conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade” (IPHAN, 2014).



Um pouco de História ...

A ocupação da região de Matadouro teve início provavelmente na primeira metade do século XVIII. Situado entre fazendas de grande importância na região e nas proximidades da confluência dos rios Piranga e do Carmo, onde nasce o rio Doce, o povoado só adquiriu características urbanas a partir da segunda metade do século XX, quando a família Carmo iniciou a ocupação e a construção de residências. Antes desse período, muitos dos habitantes desempenhavam suas atividades como colonos nas fazendas Porto Alegre, Engenho e Boa Vista, onde também residiam.

Os primeiros habitantes da família Carmo, que deram origem ao povoado de Matadouro, foram Jorge Marcelo do Carmo e sua esposa, Terezinha Feliciano. Jorge era um dos nove filhos do Sr. Antônio do Carmo e de Dona Honorata Costa do Carmo, que trabalhavam na Fazenda Porto Alegre. Na época não havia outros moradores na localidade. Com o passar dos anos e o falecimento de Antônio, os demais filhos, acompanhados por Honorata, decidiram se estabelecer em Matadouro. Mesmo com a mudança, todos continuaram a desempenhar suas atividades na Fazenda, até o ano de 2015, quando os rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão atingiram a Fazenda Porto Alegre e impactaram severamente suas operações produtivas, resultando na dispensa de grande parte dos funcionários.

Hoje, Matadouro tem cerca de quarenta famílias residentes. Gerações da família Carmo continuam a ocupar o lugar e a manter as tradições que vieram com seus antepassados.

**Arquitetura,
Paisagens e Lugares**

A FAZENDA PORTO ALEGRE



A Fazenda Porto Alegre está localizada às margens do rio do Carmo, na zona rural de Rio Doce, e integra a rota do *Caminho de São José*. Foi em 1934 que o patriarca Afonso Gonçalves Carneiro construiu a propriedade, deixando o legado para os filhos. O atual proprietário, Sr. Armando Gonçalves Carneiro, que recebeu parte da propriedade na década de 1960, com o tempo adquiriu gradualmente outras porções de terra de seus irmãos, consolidando a propriedade como um patrimônio de três gerações da família.

O acesso a esta propriedade se dá a partir da extremidade oeste do município de Rio Doce, percorrendo a Rua Coronel Luiz Torres até alcançar uma estrada não pavimentada, seguindo esta via por cerca de 10 quilômetros. A exuberante paisagem em torno da fazenda, cercada de montanhas com cobertura vegetal de mata nativa, é uma atração à parte.

A sede da fazenda possui dois andares e, curiosamente, dois acessos por uma escada em formato de “U”, na parte frontal. A varanda e a cozinha preservam o piso original, de ladrilho hidráulico. Outra particularidade é a existência de uma capela, no andar superior, com acesso pela varanda. Em seu interior, um altar antigo abriga as imagens de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora Aparecida, padroeira da fazenda.

A área externa da propriedade se estende até as proximidades do rio, que historicamente serviu como um recurso fundamental na manutenção das lavouras de milho e de feijão, bem como na produção leiteira da fazenda. Junto à fachada lateral da sede encontra-se um pomar com áreas de cultivo associadas.

Durante a “Caminhada de São José”, no mês de março, a Fazenda Porto Alegre recebe os participantes, oferecendo lanches e acesso livre aos banheiros, proporcionando aos visitantes uma experiência única.



A FAZENDA DO ENGENHO

A Fazenda do Engenho, visível a partir do caminho que conduz à comunidade de Matadouro, marca significativamente a vida social, econômica e cultural da região de Rio Doce. Acredita-se que a ocupação desta região remonte a 1730, época em que a propriedade foi estabelecida por Francisco Gomes Pinheiro, um dos pioneiros a desbravar a região. Posteriormente, a fazenda passou para as mãos do Padre José Gomes Pereira e, em seguida, para Felicíssimo Gomes, respectivamente filho e neto de Francisco Pinheiro. A sede da antiga fazenda, datada da época, era em estilo colonial, com avarandado na frente, telhado de quatro águas e dois andares

Com a chegada da ferrovia, em 1886, a propriedade teve suas terras cortadas pelos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, com o prolongamento do Ramal de Dom Silvério. Para facilitar o embarque e desembarque de mercadorias e passageiros, a Estação do Engenho foi construída nas proximidades da propriedade. Atualmente, essa estrutura encontra-se em estado de abandono e ruína.

A sede atual da fazenda, idealizada por João Pereira da Silva, português que veio para Rio Doce em 1922, foi erguida com os tijolos da olaria ali instalada em 1926 e que forneceu material para todas as demais edificações do complexo. Construída em estilo eclético, a sede da fazenda tem a fachada com ornamentos em “Flor de Liz”, símbolo das casas nobres da França, onde o fazendeiro buscou inspiração. Em 10 de junho de 1928, comemorando bodas de prata com sua esposa, Ernestina Maria de Oliveira, o português inaugurou a nova sede. Uma curiosidade é a maçaneta de porcelana da porta principal, produzida na Inglaterra.

Em tempos áureos, o café era a principal atividade econômica da propriedade e boa parte de sua produção era conduzida pela linha férrea. Em 1956, Sylvio Pereira da Silva, filho de João Pereira, assumiu a propriedade, e junto com sua esposa, Dona Joanhina, ali viveram e criaram uma família de sete filhos, permanecendo até 1976, quando de lá se mudaram.



A CAPELA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Em terreno elevado, ao final da Rua Carmo, está localizada a Capela de Nossa Senhora do Carmo, na comunidade de Matadouro. A construção da Capela teve início em 2015, graças à generosa doação do terreno pelo Sr. José do Carmo. O projeto arquitetônico contou com a contribuição de moradores, entre eles Mauro do Carmo.

A execução da obra foi confiada ao engenheiro João Alves Carneiro. Os recursos para erguer a construção provieram das festividades em honra à Nossa Senhora do Carmo e de doações feitas por fiéis. Essa prática de financiamento, segundo depoimentos dos moradores, se manteve constante ao longo dos anos. Atividades como leilões e bingos ajudam a arrecadar recursos para financiar a construção da Capela. Apesar dos muitos obstáculos, como as dificuldades financeiras e a escassez de mão de obra especializada, a comunidade continua engajada em finalizar as obras, por meio de mutirões, movida pela esperança de celebrar a inauguração do templo em um futuro próximo.

Embora a Capela ainda esteja inacabada, mensalmente é celebrada uma missa em seu interior, cujo telhado já foi concluído. As imagens da Padroeira e dos demais santos de devoção são mantidas nas casas de moradores e, nos dias de missa, são levadas para a celebração. Com muita fé, solidariedade e devoção à Nossa Senhora do Carmo, e sob as bênçãos da Padroeira, o sonho da Capela se torna mais real a cada dia.

Festas e Celebrações

A FESTA DE NOSSA SENHORA DO CARMO



Em Matadouro, a festa de Nossa Senhora do Carmo é celebrada no sábado mais próximo ao dia 16 de julho, dia da Padroeira. O evento tornou-se uma tradição em 2015, graças à iniciativa da família do Carmo.

A festa começa com um tríduo de orações em Matadouro. No sábado, a celebração é marcada por uma carreata que parte da praça central de Rio Doce às 16 horas. A imagem de Nossa Senhora do Carmo é transportada com grande devoção em um andor até Matadouro, onde é recebida pela comunidade local. Em procissão, a santa é conduzida até a Capela, onde, primeiramente, ocorre o levantamento do mastro com a bandeira da Padroeira, seguido da celebração da missa, que se encerra com a coroação de Nossa Senhora do Carmo.

A programação profana da festa ocorre na pracinha da comunidade, onde barraquinhas oferecem uma variedade de quitutes e comidas típicas como pastéis, feijão tropeiro e canjica. O bingo e o leilão integram a programação, que culmina com shows musicais de artistas da região.

A NOVENA DO MENINO JESUS E DE SÃO SEBASTIÃO



A Novena do Menino Jesus e de São Sebastião, em Matadouro, têm suas raízes na Fazenda Porto Alegre, onde viveram os primeiros habitantes da família Carmo, que deu origem ao povoado.

Antes da construção da Capela de Nossa Senhora do Carmo em Matadouro, o casal de moradores, Sr. Evaristo do Carmo e Dona Geracina do Carmo, desempenhava o papel de anfitrião das novenas. A história da novena do Menino Jesus começou quando Dona Geracina, após o falecimento de sua mãe, recebeu a imagem do Menino Jesus, que a partir daquele momento foi colocada no presépio da família. Diante deste presépio a novena do Menino Jesus é realizada, entre os dias 24 de dezembro e 6 de janeiro. Em seguida, a comunidade se dedica à novena de São Sebastião, que se estende até o dia 20 de janeiro, data em que se homenageia o santo. Essas novenas têm ares de encontro cotidiano entre as vizinhanças de Matadouro.

Na casa do Sr. Evaristo e de Dona Geracina, um pequeno cômodo na varanda abriga o presépio da novena do Natal durante todo o ano. Nesse cômodo há um pequeno oratório, pintado em azul-clarinho, contendo as imagens de Nossa Senhora Aparecida, de São Sebastião e de Nossa Senhora do Carmo. Durante o período das novenas, um grande número de devotos se reunia na residência do casal. Dona Geracina e o Sr. Evaristo recordam, saudosos, os momentos em que enfeitavam a casa para receber os membros da comunidade que participavam das novenas. No dia vinte de janeiro erguia-se o mastro em homenagem a São Sebastião e, como demonstração da típica hospitalidade mineira, era oferecida uma merenda generosa para todos os convidados.

Formas de Expressão

**O ENCONTRO DE
CAVALEIROS DE MATADOURO**

MATA-DOURO FUTEBOL CLUBE

O ENCONTRO DE CAVALEIROS DE MATADOURO

Desde o ano 2000, o **Encontro de Cavaleiros de Matadouro** faz parte do calendário cultural de Rio Doce. Este evento integra uma série de encontros de cavaleiros realizados entre os meses de maio e outubro e que abarca cinco comunidades do município, além da sede: Comunidade do Jorge, Santana do Deserto, Comunidade do Funil, Tapera e Matadouro

A tradição dos Encontros de Cavaleiros no município de Rio Doce e arredores remonta à década de 1980, quando as primeiras edições aconteceram em Santa Cruz do Escalvado e Dom Silvério, exercendo forte influência em toda a região. Atualmente, em Matadouro, o Encontro reúne residentes de diversas comunidades, sobretudo daquelas cinco abarcadas na série de encontros de cavaleiros do calendário oficial do município.

À semelhança de muitos eventos que ocorrem no estado, o Encontro é uma celebração da cultura local e proporciona confraternização e entretenimento. A programação começa pela manhã, com a concentração dos cavaleiros no distrito-sede de Rio Doce. Dali, o grupo segue em cavalgada em direção à comunidade de Matadouro, onde é recebido com um almoço generoso de confraternização. O cardápio, cuidadosamente preparado pela comunidade, apresenta o tradicional feijão tropeiro com arroz, torresmo e o clássico churrasco.

A responsabilidade pela logística e infraestrutura, que inclui palco, iluminação, sistema de som, tendas, barracas e atrações musicais, recai sobre a prefeitura de Rio Doce. Enquanto isso, a organização dos cavaleiros e a realização da cavalgada são conduzidas pelas próprias comunidades, que elegeram o Encontro de Cavaleiros como uma das mais importantes referências culturais do município.



MATA-DOURO FUTEBOL CLUBE



O **Mata-douro Futebol Clube**, time de futebol da comunidade de Matadouro, existe há mais de 60 anos. No entanto, foi entre as décadas de 1970 e 1980 que o coletivo passou a formalizar sua identidade, de maneira mais estruturada, enquanto agremiação futebolística. A partir de então, a agremiação, formada por integrantes de comunidades da zona rural da região, começou a participar de campeonatos e disputas em diferentes municípios, como Barra Longa, Dom Silvério e Ponte Nova. As cores adotadas para representar o clube foram o preto e o amarelo.

Em seu histórico de disputas, o time aurinegro de Matadouro já venceu diversos campeonatos, com destaque para os anos de 2004 e 2011, quando se consagrou campeão do Campeonato Municipal de Rio Doce.

O *Mata-douro F.C.* costuma treinar num campo de futebol simples, no terreno do Sr. José do Carmo, em Matadouro. Ali, o time mantém viva a esperança por uma estrutura de treinamento melhor e por novas oportunidades. Entre os planos da agremiação, destaca-se a formação de dois novos times, um de veteranos e outro feminino.

Com um passado de conquistas e olhar voltado para o futuro, o *Mata-douro Futebol Clube* continua a escrever sua história de dedicação e paixão pelo futebol, carregando no peito o amor e a reverência por este território que lhe empresta o nome.

Saberes & Fazeres

A AGRICULTURA FAMILIAR EM MATADOURO



A Associação Familiar dos Agricultores de Matadouro – AFAMAR – foi fundada com o apoio da EMATER e inicialmente focou na produção de doces, quitandas e queijos em Matadouro, visando gerar renda local. Em meados de 2018, a AFAMAR iniciou os trabalhos com as associadas na produção de doces de leite, fornecendo para as escolas de Rio Doce e entorno. No entanto, por motivos de restrição da oferta de doces na alimentação escolar, a produção foi suspensa.

A Associação de Matadouro, na época composta por um grupo de mulheres que produziam doces e quitandas diversos voltados para o consumo familiar, expressou o desejo de desenvolver a produção de quitandas para comercialização, a exemplo das comunidades do Jorge e de Santana do Deserto. Porém, devido à recorrência da oferta do produto quitanda/doces na região, mais uma associação no mesmo ramo não teria, provavelmente, muitas opções de crescimento, a não ser que conseguissem desenvolver algum outro produto para o qual não houvesse concorrência no mercado interno.

Após um tempo, em reunião com a EMATER, o grupo de associados optou pelo projeto de criar galinhas poedeiras, visando focar na produção de ovos para comercialização, tanto na região como em outros municípios de Minas Gerais. A sede da Associação tornou-se, então, um entreposto para a produção de ovos na comunidade de Matadouro. Integrantes da AFAMAR, interessados no projeto, participaram de vários cursos de qualificação promovidos pelo SENAC e investiram na construção de galinheiros, seguindo as normas técnicas para o criatório adequado para a produção e comercialização de ovos.

Após qualificação e investimentos em infraestrutura, a AFAMAR agora se concentra na produção e comercialização de ovos, atendendo tanto à região como outros municípios de Minas Gerais. Com o apoio de diversos projetos e doações, a Associação conta com 13 famílias produtoras de ovos e já comercializa em seis cidades. Todos os procedimentos seguem as normas técnicas, com registro estadual e no IMA, e licença para comercializar em todo o país.

Os ovos produzidos pela AFAMAR, caracterizados pela casca e gema vermelhas, são fruto de cuidados específicos na criação e alimentação das poedeiras. Primando pela qualidade de seus produtos e pelo cooperativismo solidário, com o apoio da EMATER e o engajamento e resiliência da comunidade de Matadouro, a AFAMAR segue superando desafios e conquistando cada vez mais espaço e reconhecimento para muito além das fronteiras da comunidade que lhe empresta o nome.



O ARTESANATO EM TAQUARA



O **artesanato em taquara** remete aos primórdios da ocupação da região de Matadouro, quando as peças eram usadas para transporte de mercadorias pelos tropeiros, revestimentos para charretes e carros de bois, assim como elementos de decoração nas residências. Dona Terezinha do Carmo, com raízes na Fazenda Porto Alegre, relembra as plantações e criações da fazenda, onde aprendeu desde jovem a arte de tecer com fibras de taquara, produzindo forros, balaios, tuias para grãos e esteiras para carros de boi.

José do Carmo, também conhecido como “Zé do Carmo”, começou a tecer balaios de taquara aos 15 anos na mesma fazenda, onde ensinava aqueles dispostos a aprender. Os balaios eram originalmente destinados ao uso na fazenda, mas ao longo dos anos ele também fazia esteiras sob encomenda para forro de tetos e para fechar carros de boi. Nascido no final da década de 1920, Seu Zé do Carmo lembra que na região era muito comum a tradição de tecer com a fibra de taquara e que havia outras pessoas que sabiam tecer. Ele diz ter aprendido o ofício na própria fazenda onde nasceu, como parte da rotina diária do local, no qual os balaios tinham função utilitária na recolha e armazenamento dos grãos.

Seu Nilson Flores, discípulo de seu padrinho, Sr. José Maria Nonato, tornou-se um exímio artesão na confecção de balaios. Ele enfatiza a importância das fases lunares e dos meses sem “R” – maio, junho, julho e agosto – para o processo de confecção. Segundo ele, entre as variedades de taquara, a “cabeluda” era a mais adequada para produzir balaios. Atualmente, Seu Nilson trabalha sob encomenda, produzindo diversos tipos de balaios, e compartilha o cuidado e a precisão necessários no processo. Ele também lamenta a diminuição do número de artesãos habilidosos na tecelagem de balaios em Matadouro ao longo do tempo. E relembra o Sr. Zé do Carmo, um profundo conhecedor do ofício, que, devido à idade avançada e problemas de saúde, não pôde mais continuar a prática.

O artesanato em taquara sempre teve relevância social, econômica e cultural em Matadouro, sendo um testemunho da tradição local e um valioso patrimônio cultural da comunidade.

O OFÍCIO DA BENZEÇÃO: A FÉ QUE CURA



O **Ofício da Benzeção** pode ser encontrado em todo o território ao longo das planícies e baixadas dos rios Gualaxo, Carmo e Doce, onde se desenvolveram as comunidades que foram atingidas de diferentes maneiras pelo rompimento da barragem de Fundão. Em cada localidade tem sempre alguém que “reza no outro” – forma como muitos benzedores ou benzedoras descrevem o ato da benzeção.

Como todo ofício tradicional, a benzeção é transmitida de geração em geração. Como em muitas tradições, a aprendizagem se dá ao longo do tempo, com foco na palavra e no exemplo, muitas vezes desde a infância ou juventude. O interesse demonstrado por uma criança ou jovem é um sinal de que a tradição familiar vai ter continuidade. Embora a maioria dos tratamentos ocorra na presença dos pacientes, alguns elementos dessas técnicas são mantidos em segredo, contribuindo para sua eficácia.

Cada benzedor ou benzedora possui uma maneira própria de realizar suas rezas e processos de “cura”. Os meios – os elos entre quem benze e quem é benzedo – têm na imposição das mãos e na oração, que é realizada de forma muito silenciosa, a base e o guia, que a tudo orienta. Mas há também as brasas no copo d’água, os galhinhos de plantas como arruda ou guiné; pode ter agulha, linha e um paninho para “cozer”... As formas de benzer são tantas quanto são os tipos de males. Em sua casa, em Matadouro, o Sr. Nilson tem um pequeno altar com várias imagens de santos e santas. Ele benze contra mau-olhado, quebranto, feridas que não curam, hemorragias e outros males. O fogão a lenha aceso é um elemento fundamental. Um copo de água, as brasas, o silêncio, a oração... A cura vem pela crença e pelo dom. O que cura é a fé!

OS USOS DA TERRA

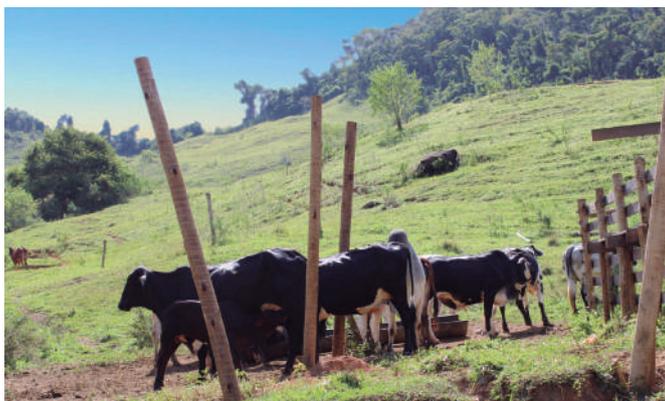


Grandes fazendas se destacaram na região de Rio Doce desde o início do século XX, como a Porto Alegre e a do Engenho, onde também pipocavam pequenos sítios e propriedades rurais dispersas no território, a maioria ligada à agropecuária, setor econômico no qual o município ainda se mantém ancorado. Nesse cenário rural e campestre, a cultura relacionada aos animais de tração, como cavalos e muares, sempre teve papel preponderante. Algumas tradições ligadas à vida no campo e à lida cotidiana com a produção agropecuária floresceram em todo o município de Rio Doce. As cavalgadas e os encontros de cavaleiros, que provavelmente tinham suas raízes em eventos religiosos do passado, surgem também desse contexto.

Em Matadouro, como nas demais localidades rurais da região, a dinâmica da economia vincula-se à agricultura de base familiar, à pesca e ao garimpo. Nessas localidades, é marcante a criação de gado para leite (e produção de seus derivados como queijo, requeijão e manteiga) e corte, a produção de milho (para consumo humano e produção de fubá, broa, cural e pamonha, bem como para o trato de animal) e de cana-de-açúcar (para produção de rapadura e cachaça). Destaca-se, na maioria das casas de Matadouro, a presença e importância dos quintais, com hortas, pomares e estruturas para criação e apoio às atividades domésticas.

Na comunidade de Matadouro ainda se planta feijão e milho para o abastecimento das famílias e também para o trato animal. Em um passado não muito distante, os moradores da região trabalhavam nas grandes fazendas do entorno, em regime de “meia” ou “terça”, ou seja, arrendavam as terras para o plantio e cultivo e a colheita era dividida com o dono da terra, como forma de retribuição. Agora, nas grandes fazendas prevalece a agropecuária, com destaque para a criação de gado para corte e produção leiteira.

Espaço importante das casas da zona rural, os quintais sustentam saberes e fazeres tradicionais dessas comunidades, como as formas tradicionais de plantio, o cultivo e o uso das plantas medicinais e as práticas culinárias. Boa parte da alimentação das famílias que vivem nesses territórios provém dos produtos cultivados nos quintais. A produção familiar e comunitária, resultante dos usos da terra, contribui para a conformação da ocupação do núcleo urbano e da paisagem do lugar. Hortas e pomares compõem os quintais das casas em Matadouro, mas, há algum tempo, os pastos vêm ocupando os espaços e transformando a paisagem desse território repleto de histórias, memórias e tradições.





**TERRITÓRIOS &
REFERÊNCIAS CULTURAIS**

GLOSSÁRIO

BEM CULTURAL – Um bem cultural é um produto da cultura ou uma manifestação da dinâmica cultural que merece proteção devido ao valor e significado que detêm para um grupo específico, uma comunidade ou sociedade. Esses bens podem ser classificados como de natureza material - tangíveis e identificáveis por sua forma física, abrangendo edificações, móveis e objetos; ou de natureza imaterial - relacionados a práticas sociais, como saberes, ofícios, celebrações, expressões artísticas e lúdicas, bem como locais que abrigam manifestações culturais coletivas, como mercados, feiras e santuários¹.

CULTURA – “(...) conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2001).

COSTUMES – Hábito, prática cotidiana, modo de pensar e agir característico de pessoa ou grupo social. São regras sociais resultantes de uma prática reiterada de forma generalizada e prolongada em cada sociedade e cultura específica que, com o passar do tempo, acabam por se tornar prática comum enraizada na cultura social. No âmbito do Direito, os costumes são as ordens sociais racionais e contemporâneas, que servem como fonte da criação de algumas leis que regem a conduta da sociedade.

DIVERSIDADE CULTURAL – “... refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados” (UNESCO, 2005).

¹ Disponível em portal.iphan.gov.br. Acesso em ago/2023.

ESTILO ARQUITETÔNICO COLONIAL – É o estilo difundido durante o período colonial brasileiro (1530-1815), onde os materiais e o processo de construção apresentam identidades específicas e marcantes. Muitas edificações nesse estilo apresentam características barrocas ou neoclássicas. Os nomes de destaque da arquitetura colonial em Minas Gerais são Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e Manuel da Costa Ataíde, que influenciaram profundamente a arquitetura que se desenvolveu em todo o território. No período colonial, além das expressões arquitetônicas, houve um florescimento das artes plásticas, incluindo escultura e pintura, juntamente com a composição musical destinada às celebrações religiosas e festividades. E a tradição perdura até os dias atuais, mantendo-se viva em todo o interior do estado.

IDENTIDADE – É tudo o que diferencia e identifica uma pessoa, um grupo social, político, étnico, religioso e outros. Os marcos do passado constituem parte da memória social e da identidade cultural das comunidades. O passado solidifica a identidade presente e permite o vislumbre do futuro. Não existe identidade sem passado.

IEPHA-MG – “O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico- Iepha-MG- é uma fundação vinculada à Secretaria de Estado de Cultura que atua no campo das políticas públicas de patrimônio cultural”. É função do Instituto pesquisar, proteger e promover os bens culturais de natureza material e imaterial de Minas Gerais, em parceria com os órgãos municipais e federal. Além de acompanhar e realizar obras de restauração de bens culturais, o Iepha-MG implementa ações de cooperação municipal, por meio do ICMS Patrimônio Cultural, e produz inventários, dossiês de registro e tombamento, bem como promove ações de salvaguarda do patrimônio de Minas Gerais².

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária é o Órgão responsável pela inspeção, fiscalização e certificação de produtos de origem animal. Executa políticas públicas de defesa sanitária animal e vegetal no estado de Minas Gerais. É vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

INVENTÁRIOS – Para o Patrimônio Cultural, inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais. São modos de produção de conhecimento sobre bens culturais para iden-

² Disponível em iepha.mg.gov.br. Acesso em ago/2023.

tificá-los e valorizá-los como patrimônio cultural. Trata-se de um instrumento que permite conhecer a fundo um bem cultural, seja de natureza material ou imaterial, e que auxilia nas políticas de preservação do patrimônio cultural.

IPHAN – O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pelas políticas nacionais de patrimônio cultural. Com autonomia técnica, administrativa e financeira, o IPHAN possui representações em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal – as chamadas Superintendências Estaduais –, além de 27 Escritórios Técnicos.

MEMÓRIA – Lembranças, reminiscências, vestígios. Aquilo que serve de lembrança. A memória permite a construção da identidade individual e coletiva. Estabelece a relação entre o passado e o presente e permite vislumbrar o futuro. Por ser um elemento vivo, a memória está sujeita a modificações e alterações.

NÚCLEOS HISTÓRICOS – Espaços onde é possível vivenciar as transformações no país, estados e cidades ao longo do tempo. Através da preservação de expressões próprias de cada período histórico, as cidades, com seus núcleos históricos, representam as referências de ocupação humana. São lugares importantes, que compõem o Patrimônio Cultural.

ORATÓRIO – Mobiliário – nicho, ou pequeno altar, que contém imagens de santos, destinado à devoção. Desde os tempos coloniais se espalharam pelas fazendas, senzalas e todo tipo de residência. Ainda nos dias de hoje é um local nas casas onde as pessoas realizam suas orações.

PAISAGEM CULTURAL – A paisagem cultural é sempre compreendida como um espaço abrangente que engloba elementos materiais construídos associados a morfologias e processos naturais específicos, vinculados a conteúdos e significados socialmente atribuídos. Ela carrega “a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material” (SCIFONI, 2016, s/p.).

PATRIMÔNIO CULTURAL – O patrimônio cultural surge das referências culturais profundamente enraizadas na história de um grupo, transmitidas através das gerações. É sempre coletivo, ligando as pes-

soas em torno de uma história, construções, celebrações ou lugares de significado compartilhado e que carregam o desejo de compartilhar essas referências com as gerações futuras. Dentro da cultura de um lugar, certos elementos ganham o *status* de patrimônio cultural devido à sua importância e significado. Eles se tornam representativos do grupo, conferindo identidade. O patrimônio cultural costuma ser tão arraigado na vida das pessoas que muitas vezes sua importância é difícil de expressar, mas sua ausência seria sentida. Exemplos: paisagens locais, práticas culinárias, celebrações tradicionais, danças, músicas e brincadeiras. Como aponta Cecília Londres, “Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia” (IPHAN, 2012, p.5).

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL – Diz respeito aos bens físicos, tangíveis, produzidos pela ação do homem. Segundo o Decreto Lei nº 25/1937, é o conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos do passado importantes para a história do Brasil, quer por seu excepcional valor arquitetônico, arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL – Diz respeito a todos aqueles processos que definem as formas de ser e de viver dos grupos, suas identidades sociais, visões de mundo, memórias coletivas, elementos simbólicos, saberes e práticas.

Algumas categorias: celebrações, saberes e ofícios, formas de expressão, lugares.

REGISTRO – Instrumento de proteção e preservação dos bens culturais imateriais criado pelo governo brasileiro por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. São 4 os livros de “Registro de Bens culturais de Natureza Imaterial”: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. Assim como o instituto do tombamento, o registro pode ser aplicado em níveis federal, estadual ou municipal, com suas respectivas legislações.

REPARAÇÃO – Medidas de reconstrução, recuperação e reabilitação dos danos causados direta ou indiretamente por um desastre, que pode ser de natureza ambiental, climática ou tecnológica, quando é

requerida a adoção de estratégias que visem o “reconstruir melhor”, evitando o surgimento de novos riscos, reduzindo os já existentes e desenvolvendo formas de compensar as perdas materiais, econômicas e sociais das comunidades e indivíduos atingidos.

SALVAGUARDA – O termo “salvaguarda” remete à ideia de proteção ou garantia. No campo do patrimônio, refere-se a toda e qualquer ação ou processo destinado à preservação dos bens culturais de natureza imaterial, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização e transmissão³. O termo tem equivalência com a noção contemporânea de preservação, que visa a garantir a viabilidade do bem cultural.

SÍTIOS NATURAIS – Áreas de importância natural e cultural, cujo manejo está intimamente relacionado com os modos de vida das comunidades. Ex.: rios, córregos, cachoeiras, ilhas e praias do rio Doce, além de marcos paisagísticos.

SUSTENTABILIDADE CULTURAL – Sustentabilidade abrange a “promoção do equilíbrio global entre as condições ambientais, sociais, culturais e políticas, considerando as variadas sociedades humanas”. Sustentabilidade cultural, por sua vez, é alcançada quando o bem registrado está inserido em circunstâncias sociopolíticas e ambientais apropriadas, sem ameaças diretas que afetem sua produção, reprodução e transmissão (BRASIL, 2012, p.53).

TOMBAMENTO – O tombamento foi instituído em nível federal pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, sendo um dos principais instrumentos jurídicos oficiais de proteção do patrimônio cultural que podem ser feitos pelos governos federal, estadual e municipal, com suas respectivas legislações. Em função do interesse público, o instituto do tombamento tem por objetivo garantir, em caráter obrigatório, a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos.

TRADIÇÃO – Palavra com origem no termo em latim *traditio*, ou o ato de transmitir, passar adiante. A transmissão oral de fatos, conhecimentos, de costumes, comportamentos, memórias, rumores, crenças e lendas de idade para idade, de geração para geração.

³ Disponível em iepha.mg.gov.br. Acesso em ago/2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENTREVISTAS:

ENTREVISTA concedida por Adriana Aparecida a Maria Alice Braga para o projeto Cartilha “Territórios & Referências Culturais” - Rio Doce/Comunidade Matadouro/MG. UNESCO/Fundação Renova. Março 2023.

ENTREVISTA concedida por José Geraldo do Carmo a Maria Alice Braga para o projeto Cartilha “Territórios & Referências Culturais” – Rio Doce/Comunidade Matadouro/MG. UNESCO/Fundação Renova. Abril 2023.

ENTREVISTA concedida por Maria Neusa do Carmo Silveira a Maria Alice Braga para o projeto Cartilha “Territórios & Referências Culturais” - Rio Doce/Comunidade Matadouro/MG. UNESCO/Fundação Renova. Março 2023.

ENTREVISTA concedida por Mauro do Carmo e sua mãe, Terezinha Feliciano do Carmo, a Maria Alice Braga para o projeto Cartilha “Territórios & Referências Culturais” – Rio Doce/Comunidade Matadouro/MG. UNESCO/Fundação Renova. Abril 2023.

ENTREVISTA concedida por Nilson Aparecido das Flores a Maria Alice Braga para o projeto Cartilha “Territórios & Referências Culturais” - Rio Doce/Comunidade Matadouro/MG. UNESCO/Fundação Renova. Março 2023.

Bibliografia:

ARANTES, Antônio Augusto (organização). *Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural* – Texto II – Eunice Ribeiro Durham, p. 24 a 58 – Ed. Brasiliense. 1984.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - 2010. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - *Plano Setorial para as Culturas Populares/MinC/SCC* - Brasília, 2012. 100 p.

CUNHA, Celina Gontijo. *A Prática da Benzedeira: memória e tradição oral em terras mineiras*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. 2018.

EXPRESSÃO SOCIOAMBIENTAL. *Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Mariana – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer*. Expressão Socioambiental – Pesquisa e Projeto. Mariana, s/d, 324p.

FORTUNA, Carlos. *Patrimônio, turismo e emoção*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 97, p. 23-40, 2012.

FUNDAÇÃO RENOVA. *Diagnóstico das Referências Culturais* (volumes 1 a 4). Mariana, MG, 2022, no prelo.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. *Bem cultural*. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbeta)

IPHAN. *Educação patrimonial: Histórico, conceitos e processos*, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em abril 2023.

_____. *Manual de elaboração de Planos de Salvaguarda*. Organização: Aline Miranda, Rafael Belló Klein e Sara Santos Moraes. Brasília: IPHAN, 2022. 60p.

_____. *Patrimônio Imaterial: fortalecendo o sistema Nacional/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, 2014. 174 p.

LONDRES, Cecília. *O patrimônio histórico na sociedade contemporânea*. Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero01/FCRB_Escritos_1_7_Cecilia_Londres.pdf. Acesso em 14.maio.2023.

LUVIZOTTO, CK. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia* [on-line]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 140 p. ISBN 978-85-7983-088-4. TEXTO: A (re)invenção da tradição no contexto da modernidade tardia.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Pensar grande o patrimônio cultural*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 3, n. 2, dez. 1986. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000300011>. Acesso em: 21 out. 2014.

MOTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. *Inventário – Artigo*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Inventário%20pdf.pdf>. Acesso: 24.maio.2023.

PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (organização). *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secult: Iphan, 2015. 210p.: il. – (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v.1) ISBN 978-85-7334-273-4 1. *Patrimônio Cultural*. 2. *Educação Patrimonial*. 3. *Políticas Públicas*. I. Pinheiro, Adson Rodrigo S. II. Prefeitura Municipal de Fortaleza. III. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IV. Título. V. Série.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE. *CELEBRAÇÕES*. Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural - Quadro II - ICMS. Levantamento realizado em 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE. Portal: <http://www.riodoce.mg.gov.br/>. Acesso em: fevereiro e março de 2023.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SÁTYRO MAIA, D. *A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições*. Terra Livre, [S. l.], v. 1, n. 16, p. 71-98, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/350>. Acesso em: 7 jul. 2023.

SCIFONI, Simone. *Paisagem cultural*. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

TOLENTINO, Átila B. *Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces*. 2019. *Revista CPC*, 14(27esp), 133-148. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp133-148>

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Paris, 17 de outubro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540POR.pdf>

_____. *Convenção sobre a Proteção e Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Paris, out.2005.

_____. *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Paris, 2001.

Outros websites pesquisados:

<https://www.significados.com.br/tradicao/>

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126/>

<http://www.iepha.mg.gov.br/>

<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/paisagens-naturais>

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>

<https://pt.wikihow.com/Rezar-uma-Novena>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquitetura_colonial_do_Brasil



O texto desta Cartilha foi composto em tipografia Titillium Web , corpo 11, predominantemente.
Capa impressa em papel Supremo LD 300g e miolo impresso em papel Couchê Fosco LD 115g.
Impressão - Rede Gráfica | BH | MG | Brasil